

ÍNDICE GERAL

	Págs.
NOTA PRÉVIA À 4 ^a EDIÇÃO	5
NOTA PRÉVIA À 3 ^a EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA À 2 ^a EDIÇÃO	9
NOTA PRÉVIA À 1 ^a EDIÇÃO	11

I LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

a)

Conflitos de leis e condição dos estrangeiros

§ 1. Constituição da República Portuguesa (art. 15º)	25
§ 2. Código Civil (arts. 14º a 65º, 348º, 365º e 2223º)	27
§ 3. Código do Registo Civil (arts. 1º, 5º, 152º, 161º a 166º, 178º e 184º a 187º)	40
§ 4. Código Comercial (arts. 4º, 6º, 7º, 12º, 255º, 488º, 650º e 674º)	46
§ 5. Código das Sociedades Comerciais (arts. 3º, 4º, 117º-A a 117º-L, 240º, 323º-A e 481º)	50
§ 6. Código dos Valores Mobiliários (arts. 3º, 39º a 42º, 108º, 145º a 148º, 227º, 285º e 321º, nº 5)	58
§ 7. Código do Trabalho (arts. 4º a 8º e 108º)	67
§ 8. Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (arts. 37º, 63º a 66º e 190º)	71
§ 9. Código da Propriedade Industrial aprovado pelo D.L. nº 110/2018, de 10 de dezembro (arts. 3º e 4º, nº 1)	74

§ 10. D.L. nº 446/85, de 25 de outubro, que estabelece o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais (art. 23º)	76
§ 11. D.L. nº 178/86, de 3 de julho, que regulamenta o contrato de agência ou representação comercial (art. 33º e 38º)	77
§ 12. D.L. nº 248/86, de 25 de agosto, que regula o estabelecimento individual de responsabilidade limitada (art. 36º)	79
§ 13. D.L. nº 275/93, de 5 de agosto, que aprova o regime jurídico da habitação periódica (art. 60º)	80
§ 14. D.L. nº 252/94, de 20 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva relativa à proteção jurídica dos programas de computador (art. 17º)	82
§ 15. D.L. nº 201/98, de 10 de julho, que estabelece o estatuto legal do navio (arts. 3º e 11º)	83
§ 16. D.L. nº 122/2000, de 4 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva relativa à proteção jurídica das bases de dados (arts. 2º e 3º)	84
§ 17. Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (art. 69º)	86
§ 18. D.L. nº 67/2003, de 8 de abril, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº 1999/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de maio, sobre certos aspetos da venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, e altera a Lei nº 24/96, de 31 de julho (art. 11º)	88
§ 19. D.L. nº 7/2004, de 7 de janeiro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº 2000/31/CE sobre o comércio eletrónico (arts. 4º a 8º)	89
§ 20. D.L. nº 105/2004, de 8 de maio, que regula os contratos de garantia financeira (art. 21º)	92
§ 21. D.L. nº 2/2005, de 4 de janeiro, que aprova o regime jurídico das sociedades anónimas europeias (art. 1º)	94
§ 22. D.L. nº 95/2006, de 29 de maio, que estabelece o regime jurídico aplicável aos contratos à distância relativos a serviços financeiros celebrados com consumidores (art. 40º)	95
§ 23. D.L. nº 199/2006, de 25 de outubro, que regula a liquidação das instituições de crédito e sociedades financeiras com sede em Portugal e suas sucursais criadas noutro Estado membro (com as alterações introduzidas pelo D.L. nº 31-A/2012, de 10 de fevereiro e pela Lei nº 23-A/2015, de 26 de março)	96

§ 24. D.L. nº 72/2008, de 16 de abril, que estabelece o regime jurídico do contrato de seguro (arts. 5º a 10º)	113
§ 25. Lei nº 19/2009, de 12 de maio, relativa às fusões transfronteiriças das sociedades de responsabilidade limitada	116
§ 26. Lei nº 98/2009, de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais (arts. 5º e 6º)	128
§ 27. Lei nº 103/2009, de 11 de setembro, que aprova o regime jurídico do apadrinhamento civil (art. 3º)	130
§ 28. Lei nº 143/2015, de 8 de setembro, que estabelece o regime jurídico do processo de adoção (arts. 61º a 90º)	131
§ 29. Lei nº 58/2019, de 8 de agosto que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (arts. 1.º, 2.º e 22)	143

b)

Nacionalidade

§ 30. Lei nº 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade; versão republicada em anexo à Lei Orgânica nº 2/2018, de 5 de junho)	147
§ 31. Decreto-Lei nº 237-A/2006, de 14 de dezembro, que aprova o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 43/2013, de 1 de abril, pelo Decreto-Lei nº 30-A-/2015, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei nº 71/2017, de 21 de junho)	159

c)

Processo civil internacional

§ 32. Código de Processo Civil (arts. 13º, 59º, 62º, 63º, 86º, 90º, 94º, 364º, nº 5, 440º, 580º, 674º, 706º e 978º a 985º)	197
§ 33. Código de Processo de Trabalho (arts. 10º e 11º)	205
§ 34. Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 79/2017, de 30 de junho; arts. 275º a 293º)	207

d)

Arbitragem internacional

§ 35. Lei nº 63/2011, de 14 de dezembro, que aprova a Lei da Arbitragem Voluntária (arts. 1º, 46º, 49º a 58º e 61º)	215
---	-----

II

ATOS NORMATIVOS EUROPEUS

a)

Conflitos de leis

- § 36. Regulamento (CE) nº 593/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, sobre a lei aplicável às obrigações contratuais («Roma I») 227
- § 37. Regulamento (CE) nº 864/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, sobre a lei aplicável às obrigações extracontratuais («Roma II») 248
- § 38. Regulamento (UE) nº 1259/2010, do Conselho, de 20 de dezembro de 2010 que cria uma cooperação reforçada no domínio da lei aplicável em matéria de divórcio e separação judicial («Roma III») 266
- § 39. Regulamento (UE) nº 650/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu («Roma IV») 278
- § 40. Regulamento (CE) nº 2157/2001, do Conselho, de 8 de outubro de 2001, relativo ao estatuto da Sociedade Europeia (arts. 3º, 7º a 10º, 15º, 24º a 26º, 63º e 64º) 325
- § 41. Regulamento (CE) nº 1435/2003, do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativo ao estatuto da sociedade cooperativa europeia (arts. 1º, nº 1, 4º, nº 6, 5º, nºs 2 e 3, 6º a 8º, 11º, nºs 1 e 5, 12º, nºs 1 e 2, 17º e 28º a 30º) 331
- § 42. Regulamento (UE) 2016/1103 do Conselho, de 24 de junho de 2016, que implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais 337
- § 43. Regulamento (UE) 2016/1104 do Conselho, de 24 de junho de 2016 que implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas 373
- § 44. Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) (art. 3º) 408

b)

Processo civil internacional e cooperação entre autoridades

- § 45. Regulamento (UE) nº 1215/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2012, relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial («Bruxelas Ibis»), com as alterações introduzidas pelo Regulamento (UE) nº 542/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014 425
- § 46. Regulamento (CE) nº 2201/2003 do Conselho de 27 de novembro de 2003 relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental («Bruxelas IIbis») 462
- § 47. Regulamento (UE) 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativo aos processos de insolvência 495
- § 48. Regulamento (CE) nº 1206/2001 do Conselho de 28 de maio de 2001 relativo à cooperação entre os tribunais dos Estados-Membros no domínio da obtenção de provas em matéria civil ou comercial 556
- § 49. Regulamento (CE) nº 805/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de abril de 2004 que cria o título executivo europeu para créditos não contestados 570
- § 50. Regulamento (CE) nº 1896/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento (Alterado pelo Regulamento (UE) nº 2015/2421 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de dezembro de 2015) 587
- § 521. Regulamento (CE) nº 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante (Alterado pelo Regulamento (UE) nº 2015/2421 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de dezembro de 2015) 604
- § 52. Regulamento (CE) nº 1393/2007 do Parlamento e do Conselho de 13 de novembro de 2007 relativo à citação e notificação de atos 626
- § 53. Regulamento (CE) nº 4/2009 do Conselho de 18 de dezembro de 2008 relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares 641
- § 54. Regulamento (CE) nº 2100/94, do Conselho, de 27 de julho de 1994, relativo ao regime comunitário de proteção das variedades vegetais (arts. 94º a 107º) 681

§ 55. Regulamento (CE) nº 6/2002, do Conselho, de 12 de dezembro de 2001, relativo aos desenhos ou modelos comunitários (arts. 79º a 94º)	686
§ 56. Regulamento (UE) nº 606/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013, relativo ao reconhecimento mútuo de medidas de proteção em matéria civil	694
§ 57. Decisão do Conselho de 4 de dezembro de 2014, relativa à aprovação, em nome da União Europeia, da Convenção da Haia, de 30 de junho de 2005, Sobre os Acordos de Eleição de Foro.	709
§ 58. Regulamento (UE) nº 2017/1001, de 14 de junho de 2017, sobre a marca da União Europeia (arts. 122º a 135º)	714

III

CONVENÇÕES E OUTROS TEXTOS INTERNACIONAIS

a)

Conflitos de leis

§ 59. Convenção Destinada a Regular Certos Conflitos de Leis em Matéria de Letras e Livranças (1930)	725
§ 60. Convenção Destinada a Regular Certos Conflitos de Leis em Matéria de Cheques (1931)	734
§ 61. Convenção da Haia sobre a Lei Aplicável aos Contratos de Mediação e à Representação (1978)	743
§ 62. Convenção de Munique sobre a Lei Aplicável aos Apelidos e Nomes Próprios (1980)	751
§ 63. Protocolo da Haia sobre a lei aplicável às obrigações de alimentos (2007)	755
§ 64. Princípios da Haia Sobre a Escolha da Lei Aplicável aos Contratos Comerciais Internacionais (2015)	764

b)

Nacionalidade

§ 65. Convenção Europeia sobre a Nacionalidade (1997)	771
---	-----

c)

Processo civil internacional e cooperação entre autoridades

§ 66. Convenção da Haia Relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos Atos Públicos Estrangeiros (1961)	787
§ 67. Convenção de Haia Relativa à Citação e à Notificação no Estrangeiro dos Atos Judiciais e Extrajudiciais em Matérias Civil e Comercial (1965)	793
§ 68. Convenção Europeia no Campo da Informação sobre o Direito Estrangeiro (1968)	805
§ 69. Convenção da Haia sobre o Reconhecimento dos Divórcios e Separações de Pessoas (1970)	811
§ 70. Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças (1980)	820
§ 71. Convenção da Haia Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional (1993)	833
§ 72. Convenção da Haia Relativa à Competência, à Lei Aplicável, ao Reconhecimento, à Execução e à Cooperação em Matéria de Responsabilidade Parental e de Medidas de Proteção das Crianças (1996)	847
§ 73. Convenção da Haia Relativa à Proteção Internacional de Adultos (2000)	867
§ 74. Convenção da Haia Sobre os Acordos de Eleição de Foro (2005)	883
§ 75. Convenção da Haia Sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em Benefício dos Filhos e de Outros Membros da Família (2007)	897
§ 76. Protocolo da Haia Sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Alimentos (2007)	931
§ 77. Convenção de Lugano Relativa à Competência Judiciária, ao Reconhecimento e à Execução de Decisões em Matéria Civil e Comercial (2007)	941
§ 78. Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia (2007) (art. 81º)	977
§ 79. Convenção da Haia Sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Estrangeiras em Matéria Civil e Comercial (2019)	979

d)

Arbitragem e mediação

§ 80. Convenção de Nova Iorque Sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (1958)	995
---	-----

§ 81. Convenção de Washington para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de Outros Estados (1965)	1001
§ 82. Convenção de Singapura sobre a Mediação (2019)	1023